

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 3A.RF/CE**Estudo Técnico Preliminar 1/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 13075.188.392/2024-83

2. Legislação aplicada aos serviços

1. Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
2. Decreto 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
3. IN nº 05/2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
4. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08/08/2022 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);
5. Instrução Normativa nº 65, de 07/07/2021 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
6. IN SLTI/MP nº 01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
7. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

3. Descrição da necessidade

3.1. Objetivando atender a necessidade dos serviços de movimentação, manuseio, carga e descarga em geral, de bens móveis, de mercadorias apreendidas, bens, de utensílios, de formulários e de artigos diversos, de interesse da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal (SRRF03) a serem prestados nos municípios de Fortaleza/CE, Sobral/CE, Juazeiro do Norte/CE, Teresina/PI, Picos/PI, Parnaíba/PI, São Luís/MA e Imperatriz/MA, incluídas as respectivas regiões metropolitanas destes municípios, elaboramos estes Estudos Preliminares, conforme determina a IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

3.2. Cumpre destacar a necessidade da contratação dos serviços em comento em face da inexistência de mão de obra nos quadros funcionais típicos nas unidades da RFB para realização dos serviços. Nessa esteira, o Decreto nº 9.507/2018 possibilitou às unidades administrativas a contratação de forma indireta das atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias dos órgãos públicos, caso em que se enquadra a presente contratação.

3.3. A contratação dos serviços de carregadores/estivas sob demanda visa possibilitar a realização de atividades que demandem transporte e/ou movimentação de cargas e materiais, como móveis e mercadorias, serviços esses relevantes ao desenvolvimento das rotinas operacionais da SRRF03, serviços de caráter auxiliar e considerados essenciais para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais da melhor maneira possível.

3.4. Cita-se como exemplos de atividades institucionais que dependem dos serviços de carregadores: a realização anual do inventário de bens, por demandar movimentação e realocação de objetos, inclusive pesados e volumosos, por mão de obra específica para esse fim; as doações de bens para órgãos e entidades parceiras e as operações de fiscalização e repressão que geralmente resultam na apreensão de grandes volumes de mercadorias.

3.5. Há dois contratos vigentes para o mesmo objeto na 3ª Região Fiscal: a SRRF03 possui o Contrato SRRF03 Nº 36 /2024 com vigência até outubro de 2025 e a DRF/São Luís, o Contrato DRF/SLS Nº 23/2022, com vigência até dezembro de 2025. Quanto a DRF/Teresina, o Contrato DRF/TSA Nº 6/2021 encerrou em 10/10/2024, por falta de interesse da contratada.

3.6. A pretensão da SRRF03 é a contratação de serviços de carregador/estiva sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, remunerado por meio de diárias e meia diárias, incluindo-se eventuais horas adicionais, para o período inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação contratual a depender da qualidade do serviço prestado pela contratada.

3.7. Conclui-se que a contratação é necessária, uma vez que é indispensável para execução das atividades institucionais da SRRF03, e encontra albergue no princípio da legalidade, da economicidade, da eficiência e atende ao fim último da racionalização.

3.8. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, não há necessidade de classificar o ETP e o TR do presente processo como sigilosos ou confidenciais. Com base nos arts. 7º e 8º da citada Lei, os documentos do processo serão divulgados ao público.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O art. 15 da IN MPDG/SEGES nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal, informa que:

"Art.15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

4.2. Considerando que o serviço de capatazia possui caráter instrumental e acessório, e que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional da SRRF03, enquadra-se, portanto, como serviço contínuo. Por sua vez, o §1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, explicita que "os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado".

4.2.1. Ademais, o serviço em comento está contemplado na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018 do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas, especificamente no art. 1º, inciso V: "carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos".

4.3. A prestação dos serviços deve ser realizada sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, portanto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.4.1. O serviço objeto que será contratado não está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, de que trata a Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

4.5. O serviço objeto desta contratação é enquadrado como continuado, uma vez que sua descontinuidade pode acarretar prejuízos à Administração e comprometer o cumprimento da missão institucional da SRRF03. Considerando que a demanda pelo serviço ultrapassa um único exercício financeiro, a adoção de vigência plurianual revela-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos da economicidade e da eficiência administrativa.

4.6. A demanda prevista para o período de vigência do contrato será a execução dos serviços de carregador sob demanda para transporte, movimentação, manuseio, carga e descarga em geral de móveis, de mercadorias apreendidas e de bens, de utensílios, de formulários e de artigos diversos.

4.7. Os serviços deverão ser prestados sob demanda, de acordo com as necessidades da Contratante e mediante solicitação pelo sistema de diárias nas cidades abaixo, com a disponibilização dos carregadores sob responsabilidade da Contratada:

- na SRRF03, ALF/FOR e DIREP e em unidades no município de Fortaleza/CE e Região Metropolitana;
- no município de Sobral/CE;
- no município de Juazeiro do Norte;
- na DRF/Teresina, DMA da DRF/Teresina e em unidades no município de Teresina/PI e Região Metropolitana;
- no município de Picos/PI;
- no município de Parnaíba/PI;
- na DRF/São Luís e DMA da DRF/São Luís e em unidades no município de São Luís/MA e Região Metropolitana;
- no município de Imperatriz/MA.

4.7.1. Seguem abaixo os endereços das unidades da Receita Federal do Brasil nos municípios indicados acima:

Cidade / UF	Endereço das unidades da RFB
Fortaleza/CE	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal - SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, CEP: 60115-901 - Fortaleza - CE. • SRRF03/DIREP - Av. Vicente de Castro, s/n, Cais do Porto, Companhia Docas do Ceará, CEP 60180-422, Fortaleza/CE. • Alfândega de Fortaleza - Av. Vicente de Castro, 6971. Bairro Mucuripe, CEP 60.180-140 - Fortaleza/CE • IRF - Aeroporto Internacional Pinto Martins - Av. Senador Carlos Jereissate, 300. Bairro Serrinha. CEP 60.741-960 - Fortaleza/CE
Sobral/CE	<ul style="list-style-type: none"> • ARF/Sobral - Av. Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Bairro Pedrinhas, CEP 62040-750, Sobral/CE
Juazeiro do Norte /CE	<ul style="list-style-type: none"> • DRF/Juazeiro do Norte - Rua José Andrade de Lavor, 2001, bairro Santa Tereza, Juazeiro do Norte-CE, CEP 63050-430
Teresina/PI	<ul style="list-style-type: none"> • DRF/TERESINA - Praça Marechal Deodoro, s/n, Centro - CEP 64000-160, Teresina /PI • Depósito de Mercadorias Apreendidas da DRF/Teresina - Rua João Cabral, nº 2001, Vermelha, Teresina/PI, CEP: 64.018-030
Parnaíba/PI	<ul style="list-style-type: none"> • ARF/Parnaíba - Praça da Graça, nº 807, Centro – CEP 64200-970, Parnaíba/PI
Picos/PI	<ul style="list-style-type: none"> • ARF/PICOS - Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 754, Canto da Várzea – CEP 64600-000, Picos/PI
São Luís/MA	<ul style="list-style-type: none"> • DRF/São Luís - Rua Oswaldo, Cruz, 1618, Canto da Fabril, CEP 65020-902, São Luís-MA • Depósito de Mercadorias Apreendidas da DRF/São Luís - Avenida Daniel de La Touche, 2800, Cohama, CEP 65074-115, São Luís/MA
Imperatriz/MA	<ul style="list-style-type: none"> • ARF/Imperatriz - Rua Rui Barbosa, 302, Centro, CEP 65900-440, Imperatriz/MA

4.8. Eventualmente poderá haver prestação de serviços em outras cidades não elencadas anteriormente por ocasião de transporte de doações a entidades parceiras, transporte de mercadorias apreendidas, entre outras atividades pertinentes à RFB, sendo que, nesses casos, o deslocamento será de responsabilidade da contratante (RFB) e os carregadores disponibilizados na sede da Contratante nas cidades mencionadas acima. Portanto, os carregadores deverão ter disponibilidade de viagem para outras cidades, de acordo com as necessidades da Contratante.

4.9. Sugere-se como requisitos e obrigações a serem cumpridas pelos carregadores:

- a) Obedecer às regras de higiene e asseio;
- b) Demonstrar competências pessoais, tais como: disposição, agir com bom senso e agilidade, demonstrar iniciativa, interesse, organização, educação, autonomia, paciência, entusiasmo, respeito, espírito de equipe, capacidade de autoavaliação, interesse no aprimoramento profissional, ser assíduo e pontual.
- c) Abster-se da execução de atividades alheias aos serviços do posto;
- d) Cumprir a jornada de trabalho estabelecida;
- e) Tratar as pessoas com urbanidade e respeito, utilizando a forma de comunicação em linguagem formal, em tom moderado, sendo proibido o uso de gírias, jargões, palavrões, expressões coloquiais ou qualquer outra forma diversa da estabelecida pela Administração Pública;
- f) Assumir o posto de trabalho, devidamente uniformizado, com as peças limpas, portando crachá de identificação;
- g) Comunicar imediatamente à chefia do Setor, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio da Administração;
- h) Comunicar imediatamente à chefia do Setor qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- i) Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- j) Cumprir todas as determinações e normas estabelecidas pela legislação sobre medicina e segurança do trabalho, inclusive no tocante ao uso de EPI, se necessário;
- k) Executar as demais tarefas determinadas pelo preposto e que sejam compatíveis com o seu cargo;
- l) Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações, em especial, dos bens que utilizar no desempenho de suas funções, apontando os consertos que se fizerem necessários;
- m) Guardar sigilo de documentos, assuntos tratados e informações às quais, por qualquer meio venha a ter acesso no exercício de suas funções, referentes à Administração Pública, servidores, contribuintes ou qualquer outra que, por sua natureza, não devam ser divulgados. Em caso de descumprimento do sigilo mencionado antes, a Administração procederá à análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera penal e civil;
- n) Comunicar à Administração e/ou à Fiscalização do Contrato as anormalidades ocorridas durante a prestação do serviço;
- o) Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato.

EQUIPAMENTOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA

4.10. A contratada fica obrigada a fornecer os equipamentos de proteção individual necessários a regular prestação do serviço, bem como fornecer uniforme composto pelos seguintes itens:

- a) 01 (uma) calça tática azul escuro ou brim, com 6 (seis) bolsos;

b) 01 (uma) camisa (tipo pólo) de malha, com logotipo da empresa;

c) 01 (um) cinto;

d) 01 (um) calçado, tipo sapato ou 01 (um) par de botas com solado de borracha e ponteira de aço;

f) 02 (dois) pares de meia;

g) 01 (um) par de luvas em raspa punho;

h) 01 (um) crachá com cordão.

QUANTIDADE E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.11. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e corresponde a quantidade estimada descrita abaixo.

- SRRF03: 700 Diárias, 100 Meias diárias, 140 Horas adicionais;
- ARF/Sobral: 50 Diárias e 20 Meias diárias;
- ARF/Juazeiro do Norte: 50 Diárias e 20 Meias diárias;
- DRF/Teresina: 100 Diárias, 300 Meias diárias, 60 Horas adicionais;
- ARF/Parnaíba: 40 Diárias e 15 Meias diárias;
- ARF/Picos: 40 Diárias e 15 Meias diárias;
- DRF/São Luís: 700 Diárias, 100 Meias diárias, 140 Horas adicionais;
- ARF/Imperatriz: 60 Diárias e 30 Meias diárias.

4.12. A contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra se justifica pelos serviços não demandarem alocação contínua e exclusiva de trabalhadores nas dependências da contratante, vez que se tratam de demandas variáveis e intermitentes, a depender das solicitações das equipes/setores do órgão. Esse modelo de contratação permite a redução de custos operacionais, pois não há necessidade de manter profissionais alocados em tempo integral, e maior flexibilidade na execução dos serviços.

4.13. Ademais, a adoção do serviço por diária apresenta algumas vantagens econômicas e administrativas que justificam sua adoção, especialmente considerando que o controle por horas trabalhadas exige maior esforço administrativo, com registros detalhados, conferência de ponto e cálculos variáveis. O controle por diária simplifica esse processo, permitindo maior planejamento e flexibilidade na alocação de tarefas ao longo do dia e ensejando a redução de custos administrativos.

4.14. A execução dos serviços está prevista para ser iniciada em novembro de 2025 para as unidades do Ceará, e em janeiro de 2026 para as unidades do Piauí e Maranhão.

4.15. A Contratante solicitará os funcionários necessários para a consecução de seus objetivos com, no mínimo, 24h de antecedência, quando necessitar de até 5 (cinco) carregadores.

4.16. Em casos excepcionais, poderá ser solicitada a quantidade máxima de carregadores indicada abaixo com no mínimo de 5 (cinco) dias úteis de antecedência do início da execução dos serviços:

- Fortaleza/CE, Teresina/PI e São Luís/MA – máximo de 40 carregadores simultaneamente;
- Juazeiro do Norte/CE e Imperatriz/MA – máximo de 27 carregadores simultaneamente;
- Sobral/CE, Picos/PI e Parnaíba/PI – máximo de 21 carregadores simultaneamente.

4.17. Índice de reajuste: Como não foi identificado índice de correção monetária específico para o serviço a ser contratado e o índice de reajuste utilizado em outros contratos similares da SRRF03 é o IPCA, a equipe de planejamento definiu o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) como índice para reajustamento dos custos decorrentes do mercado.

4.18. Matriz de risco: não foram identificadas situações para incluir, na minuta do contrato, Matriz de Riscos. Registra-se que este instrumento é obrigatório para obras e serviços de grande vulto, ou seja acima de R\$ 250.902.323,87 (art. 6º, inciso XXII da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 1º do Decreto nº 12.343/2024, e quando for adotado os regimes de

contratação integrada e semi-integrada. As demais situações devem ser avaliadas pela Administração quanto a sua pertinência ou não, uma vez que se deve verificar se no caso concreto há incertezas relevantes quanto a execução contratual, o que não é o caso da presente contrato.

4.19. A designação do gestor e dos fiscais de contrato será feita após a homologação do Pregão e antes da assinatura do contrato.

4.20. Regime de Execução - Empreitada por preço global: A definição por este regime de execução se dá em razão da possibilidade de predefinir estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado.

4.21. Garantia de execução: nos termos do art. 96, caput, Lei 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é facultativa, cabendo à Administração avaliar sua necessidade e proporcionalidade com base nos riscos envolvidos. Considerando a natureza do objeto, da baixa complexidade técnica, da contratação sob demanda (cujo pagamento só será realizado após a prestação do serviço) e da ausência de riscos relevantes, não será exigida garantia de execução contratual, dispensa que poderá contribuir para a eficiência e ampliação da competitividade do certame.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL/DIPOL/SRRF03	Beatriz Meireles

6. Levantamento de Mercado

6.1. A SRRF03 necessita dos serviços de carregadores/estivas para possibilitar a realização de atividades que demandem transporte e/ou movimentação de cargas e materiais, como móveis e mercadorias, serviços de caráter auxiliar e considerados essenciais para instituição.

Alternativas consideradas

6.2. Considerando que a maioria das contratações de carregadores/estivas é realizada em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização de funcionários de forma contínua e exclusiva para a execução de tarefas nas dependências da contratante, trata-se de solução mais onerosa, que não atende a real necessidade da administração, vez que se tratam de demandas variáveis e intermitentes, dependentes das solicitações das equipes /setores do órgão.

6.3. Por isso, a contratação de carregadores/estivas sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, se justifica em virtude das necessidades da contratante não demandarem alocação contínua e exclusiva de trabalhadores, permitindo que a empresa contratada administre seus recursos humanos de forma mais eficiente e econômica. Esse modelo de contratação permite a redução de custos operacionais, pois não há necessidade de manter profissionais alocados em tempo integral, e maior flexibilidade na execução dos serviços.

Pesquisa de preços

6.4. O preço estimado para o serviço foi definido de acordo com o que prescreve a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. O art. 5º e 6º estabelece os parâmetros e a metodologia de pesquisa de preços que os órgão e entidades devem utilizar:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(...)

IV – pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

(...)

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

(...)

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."

6.5. Nesse sentido, registra-se a grande dificuldade para obtenção de preços para o serviço de estiva/carregador sob demanda, tendo em vista que a maioria das contratações públicas são realizadas em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com o preço do posto mensal definido em Convenção Coletiva de Trabalho, o que não é o caso da presente contratação. Por isso, além da pesquisa de contratações públicas no Banco de Preços, foram encaminhados e-mails diretamente para fornecedores do ramo da atividade cadastrados no Sicaf e no Mapa de competitividade do site Banco de Preços.

6.6. Os preços obtidos para diárias, oriundos de pesquisa no Banco de Preços e de Orçamentos recebidos por e-mail de fornecedores do âmbito da atividade, foram:

Item 1 - Fortaleza/CE

UASG / Órgão	Procedimento	Fornecedor / CNPJ	Média saneada Preço unitário da diária
121101/ESP-FUND. PE. ANCHIETA	Dispensa nº 90432 /2024	IMPACTO SOLUÇÕES OPERACIONAIS LTDA 52.345.713/0001-90	R\$ 226,79
987787/ PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO/PR	Pregão nº 90054 /2024	SERGIO AUGUSTO CESNIK PRODUCOES EIRELI 17.558.611/0001-52	R\$ 270,53

170040/SRRF03	Proposta de preço recebida por email	A L S SERVICO DE CAPATAZIA LTDA 47.145.197/0001-10	R\$ 210,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida por email	MARIA MIRANI DA SILVA, 03.884.166/0001-06	R\$ 240,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida por email	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 200,00
Média saneada dos preços obtidos (TCU) para o item 1			R\$ 225,46

Item 4 - Sobral/CE

UASG / Órgão	Procedimento	Fornecedor / CNPJ	Média saneada Preço unitário da diária
987787/ PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO/PR	Pregão nº 90054 /2024	SERGIO AUGUSTO CESNIK PRODUCOES EIRELI 17.558.611/0001-52	R\$ 270,53
984305/PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG	Pregão nº 90059 /2024	CARIBE SEGURANCA E MONITORAMENTO LTDA 49.593.310/0001-56	R\$ 357,23
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida por email	A L S SERVICO DE CAPATAZIA LTDA 47.145.197/0001-10	R\$ 320,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida por email	MARIA MIRANI DA SILVA, 03.884.166/0001-06	R\$ 250,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida por email	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 350,00
Média saneada dos preços obtidos (TCU) para o item 4			R\$ 309,55

Itens 6 a 18 - Juazeiro do Norte/CE, Teresina/PI, Parnaíba/PI, Picos/PI, São Luís/MA e Imperatriz/MA

CE FORTALEZA SRRF03			
UASG / Órgão	Procedimento	Fornecedor / CNPJ	Média saneada Preço unitário da diária
987787/ PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO/PR	Pregão nº 90054 /2024	SERGIO AUGUSTO CESNIK PRODUCOES EIRELI 17.558.611/0001-52	R\$ 270,53
984305/PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG	Pregão nº 90059 /2024	CARIBE SEGURANCA E MONITORAMENTO LTDA 49.593.310/0001-56	R\$ 357,23
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 6)	MARIA MIRANI DA SILVA, 03.884.166/0001-06	R\$ 250,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 6)	A L S SERVICO DE CAPATAZIA LTDA 47.145.197/0001-10	R\$ 600,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 6)	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 700,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 8)	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 850,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 11)	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 650,00
121101/ESP-FUND. PE. ANCHIETA	Dispensa nº 90432 /2024	IMPACTO SOLUÇÕES OPERACIONAIS LTDA 52.345.713/0001-90	R\$ 226,79
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 13)	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 450,00
170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 15)	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 1.000,00

CE FORTALEZA SRRF03 170040/SRRF03	Proposta de preço recebida (item 18)	HERBER F. DA SILVA 28.004.552/0001-97	R\$ 1.300,00
Média saneada dos preços obtidos (TCU) para os itens 6 a 18			R\$ 313,88

6.7. O preço estimado da diária foi calculado com base na média saneada dos preços obtidos (TCU) através do Banco de Preços e de pesquisas diretas com fornecedores por e-mail. A partir do valor estimado para diária foram calculados os preços estimados para a meia diária e para as horas adicionais, necessários para cumprimento dos itens estabelecidos na demanda, conforme memórias de cálculo abaixo:

O valor referente a referente a meia diária (M) foi calculado da seguinte forma:

M = D/2 , em que:

D = Valor unitário referente ao valor da Diária;

O preço referente às horas adicionais (A), foi calculado da seguinte forma:

A = (D/8) , em que:

D = Valor unitário referente ao valor da Diária;

8 = Quantidade de horas referentes a uma diária (8 horas);

6.8. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 1 a 3 (Fortaleza/CE)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Diárias	700	Diária	R\$ 225,46	R\$ 157.822,00
2	Meias diárias	100	Meia Diária	R\$ 112,73	R\$ 11.273,00
3	Horas adicionais	140	Hora	R\$ 28,18	R\$ 3.945,20
Valor Global para os itens 1 a 3					R\$ 173.040,20

6.9. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 4 e 5 (Sobral/CE)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Diárias	50	Diária	R\$ 309,55	R\$ 15.477,50
5	Meias diárias	20	Meia Diária	R\$ 154,78	R\$ 3.095,60
Valor Global para os itens 4 e 5					R\$ 18.573,10

6.10. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 6 e 7 (Juazeiro do Norte/CE)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Diárias	50	Diária	R\$ 313,88	R\$ 15.694,00
7	Meias diárias	20	Meia Diária	R\$ 156,94	R\$ 3.138,80
Valor Global para os itens 6 e 7					R\$ 18.832,80

6.11. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 8 a 10 (Teresina/PI)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
8	Diárias	100	Diária	R\$ 313,88	R\$ 31.388,00
9	Meias diárias	300	Meia Diária	R\$ 156,94	R\$ 47.082,00
10	Horas adicionais	60	Hora	R\$ 39,24	R\$ 2.354,40
Valor Global para os itens 8 a 10					R\$ 80.824,40

6.12. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 11 e 12 (Parnaíba/PI)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Diárias	40	Diária	R\$ 313,88	R\$ 12.555,20
12	Meias diárias	15	Meia Diária	R\$ 156,94	R\$ 2.354,10
Valor Global para os itens 11 e 12					R\$ 14.909,30

6.13. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 13 e 14 (Picos/PI)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
13	Diárias	40	Diária	R\$ 313,88	R\$ 12.555,20
14	Meias diárias	15	Meia Diária	R\$ 156,94	R\$ 2.354,10
Valor Global para o itens 13 e 14					R\$ 14.909,30

6.14. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 15 a 17 (São Luís/MA)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Diárias	700	Diária	R\$ 313,88	R\$ 219.716,00
16	Meias diárias	100	Meia Diária	R\$ 156,94	R\$ 15.694,00
17	Horas Extras	140	Hora	R\$ 39,24	R\$ 5.493,60
Valor Global para os itens 15 a 17					R\$ 240.903,60

6.15. O valor global foi composto conforme a tabela abaixo para os **Itens 18 e 19 (Imperatriz/MA)**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
18	Diárias	60	Diária	R\$ 313,88	R\$ 18.832,80
19	Meias diárias	30	Meia Diária	R\$ 156,94	R\$ 4.708,20

6.16. Portanto, o preço estimado global para o serviço, no período de 12 (doze) meses, será de **R\$ 585.533,70 (Quinhentos e oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e setenta centavos)**, que será o preço máximo admitido para a contratação.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de carregador/estiva (capatazia) sob demanda para movimentação, manuseio, carga e descarga em geral, de móveis, de mercadorias apreendidas e de bens, de utensílios, de formulários e de artigos diversos, por regime de quantidade de diárias em horário comercial, como também, horas adicionais que possam vir a ser demandas nas cidades discriminadas anteriormente.

7.2. A contratação dos serviços possibilitará a realização de atividades que demandem transporte e/ou movimentação de cargas e materiais como móveis, mercadorias apreendidas e selos de controle, serviços este de importância fundamental ao desenvolvimento das rotinas operacionais da SRRF03.

7.3. Nos quadros da SRRF03 e demais unidades da RFB não há pessoal habilitado para realizar os serviços em questão, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

7.4. A Administração demandará o quantitativo de diárias e horas adicionais a serem consumidas, bem como, o período da operação com a estimativa do quantitativo de trabalhadores para atender a tarefa. Será discriminado também no ato da solicitação de serviço, via Ordem de Serviço (O.S) assinada pelo órgão demandante, o respectivo endereço onde o serviço deve ser prestado.

7.5. A administração se organizará de forma a concentrar diversos serviços nas mesmas datas, proporcionando maximização da produtividade do serviço, eis que o mesmo é pago por diária, indiferente da quantidade de horas de efetivo serviço (limitado a 8 horas diárias), excepcionalmente utilizando-se de horas adicionais quando necessário.

ITENS A SEREM OBSERVADOS NA LICITAÇÃO

7.6. Participação de sociedades cooperativas:

7.6.1. As sociedades cooperativas poderão participar do certame, observando-se as condições dispostas no Termo de Referência e no Edital, considerando tratar-se de prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, que não está incluído entre as vedações dispostas no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

7.6.2. A contratação deverá observar os requisitos do art. 10 da IN SEGES/MP nº 5/2017, bem como o art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Empresas constituídas na forma de consórcio poderão participar do certame, observando-se as condições dispostas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

7.7.1. Define-se o acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, com objetivo de mitigar os riscos para a Administração, visando garantir que o consórcio possua capacidade financeira para executar o objeto desta contratação.

7.8. Qualificação Técnico-Operacional - Comprovação de aptidão para execução de serviço similar à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços.

7.8.1. A exigência visa garantir que a empresa a ser contratada tenha condições de entregar o serviço dentro dos padrões de qualidade esperados, e que a execução contratual transcorra de forma satisfatória, evitando riscos de atrasos, falhas na execução e prejuízos para a administração.

7.9. Regime de execução - empreitada por preço global: A definição por este regime de execução se dá em razão da possibilidade de predefinir estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado.

7.10. Modo de disputa - Aberto e fechado: Em razão de licitações anteriores realizadas pela equipe de licitações da SRRF03 e das opções de modo de disputa permitidos pela Lei nº 14.133/2021, optou-se pelo modo de disputa aberto e fechado para a contratação em análise, em busca da competitividade e da eficiência na etapa de lances.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 585.533,70

8.1. O preço estimado global para o serviço, no período de 12 (doze) meses, será de **R\$ 585.533,70 (Quinhentos e oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e setenta centavos)**, referente a contratação de serviços de capatazia, sem dedicação exclusiva de mão de obra e por demanda, a serem prestados nos municípios a serem prestados nos municípios de Fortaleza/CE, Sobral/CE, Juazeiro do Norte/CE, Teresina/PI, Picos/PI, Parnaíba/PI, São Luís/MA e Imperatriz/MA, incluídas as respectivas regiões metropolitanas.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Os serviços a serem contratados serão remunerados por diárias, meias diárias e horas adicionais, estimando-se o total abaixo:

- SRRF03: 700 Diárias, 100 Meias diárias, 140 Horas adicionais;
- Sobral/CE: 50 Diárias, 20 Meias Diárias.
- Juazeiro do Norte/CE: 50 Diárias, 20 Meias Diárias
- DRF/Teresina: 100 Diárias, 300 Meias diárias, 60 Horas adicionais;
- Parnaíba/PI: 40 Diárias, 15 Meias Diárias;
- Picos/PI: 40 Diárias, 15 Meias Diárias
- DRF/São Luís: 700 Diárias, 100 Meias diárias, 140 Horas adicionais;
- Imperatriz/MA: 60 Diárias e 30 Meias Diárias.

9.2. As quantidades acima foram determinadas a partir do histórico de diárias realizadas na últimas contratações e das previsões de eventos para 2025 e anos seguintes. A título de exemplo, a DRF/Teresina tem histórico de demandar quantidade maior de meias diárias do que de diárias inteiras, motivo pelo qual foi previsto menor número de diárias. Eventuais extrapolações dos horários da diária (oito horas) e da meia diária (quatro horas) deverá ser contabilizada como horas adicionais.

9.3. Por tratar-se de estimativa de serviços que podem ou não ser demandados, alguns municípios podem ter quantidades executadas durante a vigência contratual significativamente menores do que o previsto no planejamento da contratação, especialmente nas cidades do interior.

9.4. Além disso, as quantidades apresentadas foram definidas na expectativa de incremento das demandas em virtude da reestruturação institucional em curso com a iminente publicação do novo regimento interno, que dará ênfase nas atividades de repressão e fiscalização, contemplando, inclusive, a possível criação de Delegacia Nacional de Fraudes no âmbito da Receita Federal do Brasil.

9.5. A adoção do serviço por diária apresenta algumas vantagens operacionais, econômicas e administrativas que justificam sua adoção, especialmente considerando que o controle por horas trabalhadas exige maior esforço administrativo, com registros detalhados, conferência de ponto e cálculos variáveis. O controle por diária simplifica esse processo, permitindo maior planejamento e flexibilidade na alocação de tarefas ao longo do dia e o pagamento somente dos serviços efetivamente prestados e utilizados pela Administração.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A regra é no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de que melhor aproveitar os "recursos disponíveis no mercado" de ampliar a "competitividade" do certame.

10.2. O art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, informa que as licitações de serviços atenderão aos princípios do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.3. Nesta contratação, considerando que os serviços serão prestados em três estados distintos, a contratação será agrupada em 3 (três) grupos, um para cada estado, de maneira a permitir que empresas que atuam somente em um deles possam participar do certame, aumentando a competitividade e a vantajosidade econômica para a administração, que terá o máximo três contratos para gerir e fiscalizar a execução.

10.4. Por tratar-se de serviços comuns, que visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, o parcelamento de cada um dos municípios da contratação em itens isolados não se mostra tecnicamente viável, pois a dissociação traria significativo prejuízo para a administração devido a necessidade de formalização e gerenciamento de vários contratos, além do custo com recursos humanos envolvido, tanto na fase externa da licitação, como na execução contratual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está em consonância com a Cadeia de Valor constante do Plano Estratégico da RFB - 2024 a 2027, qual seja: "Gestão de Materiais e Logística", que compõe o macroprocessos de Governança, Gestão e Suporte.

11.2. A presente contratação consta no Plano Anual de Contratações de 2025, sob o número da contratação: 170040-121/2025 - Serviços de Carga e Descarga.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Utilizando-se da contratação de serviços sob o regime de execução indireta a SRRF03 poderá atingir seus objetivos estratégicos, a equipe de servidores da SRRF03 fica liberada para redirecionar seus esforços na realização de outras atividades de maior complexidade. Deve-se salientar que nos quadros da SRRF03 não há pessoal habilitado para realizar os serviços em questão, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

13.2. A demanda prevista para o período de vigência do contrato será a execução dos serviços de movimentação, manuseio, carga e descarga em geral de móveis, de mercadorias apreendidas e a serem doadas, de bens, de utensílios, de formulários e de artigos diversos da Contratante, que os solicitará na medida em que houver a necessidade da sua execução.

13.3. O resultado esperado consiste na busca do menor custo para a execução dos serviços acima mencionados, porém com qualidade que assegure a rapidez e a segurança na execução, obtendo uma maior agilidade no desenvolvimento das rotinas operacionais da RFB.

PARÂMETROS CABÍVEIS PARA A MEDIÇÃO E (OU) VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

13.4. Serão utilizados como parâmetros de verificação dos resultados os indicadores abaixo:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade da execução;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e qualidade dos serviços exigidos;
- c) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- d) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- e) A satisfação do público usuário.

13.5. Tais parâmetros serão utilizados para exercer a fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não foram identificados impactos ambientais relevantes para esta contratação.

14.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios, menor poluição e demais ações de utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente, nos termos da Instrução Normativa STLI /MPOG nº1, de 19/01/2010.

14.3. A referida contratação é compatível com o Plano Diretor de Logística Sustentável.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Para o serviço objeto deste certame, não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, pois haverá tão somente a continuidade dos serviços que já vinham sendo executados por outra empresa, de modo que as instalações da administração já se encontram adaptadas, e já devidamente capacitados os servidores e empregados públicos para fiscalização e gestão contratual.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade da contratação formalizada pela área requisitante bem como seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, a Equipe de Planejamento declara viável a contratação objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO CARDOSO OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 17/09/2025 às 09:51:53.

NEUMA SUELY CAMPOS RAMOS

Membro da Equipe de Planejamento

SARAH GOUVEIA SABOIA COELHO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 10:23:58.

JOAO LUIS SILVA PINHEIRO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 15:42:03.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 19/09/2025 08:02:28 por Neuma Suely Campos Ramos.

Documento assinado digitalmente em 19/09/2025 08:02:28 por NEUMA SUELY CAMPOS RAMOS.

Esta cópia / impressão foi realizada por FERNANDO CARDOSO OLIVEIRA em 19/09/2025.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP19.0925.11388.EHT4

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
9A95B971061466BB17B72383B27CA0B1CF00DE307233A4CDF4AAF99BA06E314C